

PROCESSO - A. I. Nº 09280391/04
RECORRENTE - DECARLA MACHADO DIAS LIMA
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO – Acórdão 4ª JJF nº 0285-04/04
ORIGEM - IFMT – DAT/SUL
INTERNET - 26/10/2004

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0339-11/04

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTA FISCAL. CONTRIBUINTE IDENTIFICADO REALIZANDO OPERAÇÕES DE VENDAS SEM EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. EXIGÊNCIA DA MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Infração caracterizada. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso Voluntário interposto pelo autuado contra a Decisão da 4ª JJF, que julgou o Auto de Infração Procedente - Acórdão JJF nº 0285-04/04 - para aplicar multa no valor de R\$690,00, sob a seguinte acusação: *“Penalidade fixa imputada ao contribuinte acima por ter sido flagrado efetuando vendas sem a emissão da nota fiscal/cupom correspondente, CFE atestam os documentos em anexo.”*

Alega o recorrente que, em nenhum momento, foi provado que teriam sido realizadas vendas sem nota fiscal, e que a documentação apreendida pelo autuante contém anotações confidenciais, que só interessam aos familiares do titular do autuado.

Concluiu requerendo a reforma da Decisão.

A representante da PGE/PROFIS, na sua manifestação, disse verificar que os documentos acostados às fls. 6 a 96 revelam a comercialização de mercadorias sem emissão da respectiva nota fiscal, pois se trata de notas de compra, numeradas, datadas e com carimbos de entrega, que foram localizadas na sede da empresa, constituindo-se prova da venda.

Opinou pelo Não Provimento do Recurso Voluntário.

VOTO

O presente Auto de Infração trata da exigência de multa, no valor de R\$690,00, prevista no artigo 42, XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96, tendo em vista que o contribuinte teria realizado operações de vendas sem emissão de documentação fiscal correspondente.

O recorrente se limita a negar o cometimento da infração.

Entretanto, analisando os documentos anexados às fls. 6 a 96, conforme salientou a representante da PGE/PROFIS, estão intitulados como “ordem de compra”, são numerados, datados e com carimbos de entrega. Alguns deles constam a assinatura do recebedor da mercadoria (como exemplos aqueles apensados às fls. 7, 8, 15 e 16). O documento à fl. 15, inclusive, demonstra que a entrega do que fora comprado se deu em seis etapas, conforme anotações no seu verso.

Mais, quase na sua totalidade, possuem vistos e carimbo do contribuinte autuado.

Outra característica está no seu rodapé, qual seja, O nome de fantasia “IVOMAC” e o número do telefone do estabelecimento “261-2214”, que são os mesmos constantes nos dados cadastrais do contribuinte, junto à SEFAZ, como se vê nos extratos que anexei às fls. 142 e 143.

Não resta a menor dúvida que estes “documentos” extrafiscais revelam a comercialização de mercadorias sem emissão da respectiva nota fiscal, estando caracterizado o cometimento da infração à obrigação acessória.

Pelo que expus, concluo que a Decisão recorrida está perfeita, e o meu voto é pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário, para homologá-la.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão recorrida, que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº 09280391/04, lavrado contra **DECARLA MACHADO DIAS LIMA**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$690,00**, prevista no art. 42, XIV-A, “a”, da Lei nº 7.014/96, com a redação dada pela Lei nº 8.354/02.

Sala das Sessões do CONSEF, 30 de setembro de 2004.

ANTONIO FERREIRA DE FREITAS – PRESIDENTE

CIRO ROBERTO SEIFERT – RELATOR

SYLVIA MARIA AMOÊDO CAVALCANTTE – REPR.. PGE/PROFIS